



PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

Relatório de Gestão & Contas 2025

1. Órgãos sociais: Diretoria Executiva: Diretor Presidente (CEO): Paula Pereira da Silva, eleita para exercer seu mandato de 2024 a 2027. Diretor Financeiro (CFO): Ding Yanxia, eleita para exercer seu mandato de 2023 a 2025. Diretor de Operações (COO): Mauro Coutinho Fernandes, eleito para exercer seu mandato de 2024 a 2027. **Conselho de Administração:** Presidente: Maria João Borges Carioca Rodrigues, eleita para exercer seu mandato de 2023 a 2026. Vogal: Nuno Luís Mendes Holbech Bastos, eleito para exercer seu mandato de 2025 a 2028. Vogal: Rodrigo Carvalho Nogueira Vilanova, eleito para exercer seu mandato de 2024 a 2027. Vogal: Chengliang Wu, eleito para exercer seu mandato de 2023 a 2026. Vogal: Xu Yang, eleito para substituição de Wang Ping, para exercer seu mandato de 2022 a 2025, com efeitos a Julho de 2025. **2. Fatos relevantes ocorridos em 2025:** Em 2025 a produção *working interest* da Petrogal Brasil foi de 111 kboepd, ficando acima do esperado, devido ao melhor desempenho das unidades de produção. As atividades de manutenção planejadas foram realizadas nas unidades de acordo com o previsto, tendo sido possível postergar escopo não crítico para 2026. Os projetos de Tupi e Iracema contribuíram com a maior parte para a produção da Petrogal Brasil. No final de 2021, a Petrogal Brasil, juntamente com os seus parceiros no consórcio, submeteu uma revisão do Plano de Desenvolvimento (PoD) dos campos de Tupi e Iracema à entidade reguladora no Brasil (ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Este documento incluiu um conjunto de ações que visam maximizar a criação de valor do campo Tupi. A análise do PoD revisito por parte da ANP encontra-se suspensa, devido ao facto de esta ter manifestado que primeiro seria necessário resolver a controvérsia sobre a separação dos campos. No entender da ANP, para fins de apuração das Participações Governamentais, os reservatórios das áreas identificadas nos campos acima referidos, formam um único campo de grandes dimensões. No entanto, o Consórcio defende a existência de dois reservatórios independentes e sem conexão hidráulica, o que leva à necessidade de apurações independentes de Participações Governamentais. O valor que se encontra hoje depositado judicialmente diz respeito à parcela controversa do cálculo da Participação Especial, evidenciada pelas diferenças apuradas entre as parcelas devidas considerando-se os campos de Tupi e Cernambi separadamente. Com o desenvolvimento do processo e o alinhamento da discussão ao Superior Tribunal de Justiça, no início do exercício de 2019, o Consórcio obteve uma liminar favorável que veta a autorização do depósito judicial das parcelas controversas, evidenciadas pelas diferenças entre as parcelas devidas considerando os Campos Tupi e Cernambi unificados e as parcelas devidas considerando os campos de Tupi e Cernambi separadamente. No terceiro trimestre de 2025, a companhia obteve uma decisão favorável pela arbitralidade do mérito, aumentando as chances de êxito, e a apresentação de garantias, em vez do pagamento em juízo. As acumulações de óleo de Berbigão e Sururu estendem-se para além dos limites do bloco BM-S-11A, em direção à área da Cessão Onerosa (ToR – Transfer of Rights), sendo sujeita a unitização. Relativamente à área da Cessão Onerosa, em 2018 os membros do consórcio, juntamente com a Petrobras, submeteram à ANP o Acordo de Individualização da Produção (AIP) o qual se encontra em revisão considerando a decisão da ANP pela unificação dos campos de Berbigão e Sururu. Uma vez aprovada a unitização, a Petrogal Brasil reduzirá marginalmente o seu *working interest* no projeto, que incluirá uma maior pool de reservas. As implicações contabilísticas associadas à unitização começaram a ser refletidas nas demonstrações financeiras da Petrogal Brasil no terceiro trimestre de 2022, quando a empresa passou a ter uma posição pagadora líquida. Desde essa altura estes impactos foram sendo atualizados. O projeto de Bacalhau teve o seu primeiro óleo a 15 de outubro de 2025, marcando o início da produção de um dos principais projetos do pré-sal. A injeção de gás começou a 25 de dezembro e o projeto contribuiu com cerca de 1 kboepd para a produção anual, ligeiramente abaixo da previsão do Plano de Negócios, principalmente devido ao atraso no primeiro óleo e à gestão da quota de queima de gás. **3. Análise económica e financeira:** O Resultado Líquido do Exercício de 2025 ascendeu a R\$ 3.140.126 k, superior em R\$ 169.528 k ao registado no ano anterior, representando um incremento de 5%. O Lucro Bruto, no valor de R\$ 3.344.733 k positivos, apresenta uma redução de -R\$ 2.360.308 k face ao ano anterior principalmente em decorrência da diminuição das Receitas de vendas em -R\$ 1.236.372 k influenciada pelo impacto negativo do preço do Brent que se fixou em \$ 64 / bbl no último trimestre do exercício. A produção de óleo manteve-se estável ao longo do ano em aproximadamente 98 kboepd, apesar da realização de manutenções programadas. A interdição do FPSO CAR pela ANP, vigente desde fevereiro, foi concluída em setembro, com retoma da produção em outubro. Adicionalmente, a 15 de outubro, o campo de Bacalhau registou o seu primeiro óleo, contribuindo com 2,6 kboepd. O Custo dos Produtos Vendidos apresentou um aumento no valor de R\$ 1.127.875 k, em função do acréscimo de R\$ 181.963 k em despesas com juros, maioritariamente associados a encargos de mora decorrentes da redefinição do campo de Tupi, bem como de impacto cambial desfavorável de R\$ 114.495 k. Tais efeitos foram parcialmente compensados por receitas financeiras no montante de R\$ 160.357 k provenientes de aplicações financeiras em renda fixa. O montante de R\$ 200.733 k reconhecido na rubrica de resultado com equivalência patrimonial refere-se ao resultado apurado no exercício de 2025, por sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda., decorrente de suas atividades de processamento e venda de derivados de gás e revenda de gás não processado. A empresa registou um decréscimo -R\$ 1.646.684 k na despesa com imposto de renda e contribuição social, decorrente da diminuição do imposto corrente (-R\$ 841.687 k) e aumento do imposto diferido (R\$ 804.997 k). A Petrogal Brasil S.A. apresenta um Patrimônio Líquido de R\$ 12.042.448 k positivos em 31 de dezembro de 2025, representando uma variação negativa de -R\$ 2.430.954 k (-20%) em relação ao ano anterior. O Ativo Circulante totalizou R\$ 4.178.535 k com redução -R\$ 3.020.262 k, principalmente em função da diminuição do efeito estoque (-R\$ 421.716 k) e de Caixa e Equivalentes de Caixa (-R\$ 3.637.842 k), parcialmente compensada pelo aumento das contas a receber (R\$ 488.513 k) e de tributos a recuperar (R\$ 286.648 k). O Ativo Não Circulante encerrou o exercício em R\$ 25.936.549 k positivos, representando um decréscimo -R\$ 2.181.407 k em comparação ao ano anterior, decorrente, sobretudo da redução do ativo imobilizado (-R\$ 1.742.513 k) e de direitos de uso (-R\$ 368.913 k). O Passivo Total ascende a R\$ 18.066.636 k, apresentando uma redução de -R\$ 2.770.715 k (-15%) em comparação com 31 de dezembro de 2024. Tal variação decorre principalmente da redução do passivo não circulante (R\$ 2.051.318 k), destacando-se a diminuição de -R\$ 802.196 k de passivo fiscal diferido. Quanto ao passivo circulante, registou-se uma redução de -R\$ 719.397 k, onde se destaca a redução de obrigações tributárias (-R\$ 1.177.469 k), parcialmente compensada pelo incremento de provisões de serviços (R\$ 680.535 k). A área de Tupi constitui um reservatório compartilhado, o Acordo de Individualização da Produção (AIP) de Tupi refere-se ao mecanismo regulatório aplicável a jazidas que se estendem além dos limites contratuais originalmente estabelecidos, abrangendo áreas sob diferentes regimes jurídicos, no caso, áreas sob Contrato de Concessão e áreas sob Contrato de Cessão Onerosa cujo titular é a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), representante da União. Em função dessa sobreposição geológica, tornou-se necessária a celebração do AIP, instrumento que estabelece os critérios para a individualização da produção e para a correta alocação das participações de cada parte no volume produzido. O AIP de Tupi prevê dois momentos para revisão técnica das participações nos campos, denominados Redefinição (define um novo processo de redefinição 36 meses após a aprovação da primeira), com base em novos dados adquiridos. Ambas as revisões resultam em ajustes retroativos e prospectivos, a ANP aprovou estas alterações com efeitos a Dezembro de 2025. A Galp estimou o impacto da nova participação em 9,06%, em comparação com os atuais 9,21%. A provisão correspondente no valor de cerca R\$ 972.384 k foi reconhecida em 2025, com impacto impact total no resultado (P&L) cerca de -R\$ 1.159.598 k, sendo -R\$ 869.992 k no EBITDA, além do impacto em Capex de -R\$ 187.214 k. **4. Gestão de Risco:** A Petrogal Brasil S.A. faz parte do Grupo de Gestão de Risco que opera numa Galp, baseado em normas e orientações internacionalmente reconhecidas (ISO 31000-Gestão do Risco e COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no modelo de governança de risco das três linhas de defesa, promove a integração entre a definição da estratégia da Empresa, a gestão de riscos, a implementação de controles e a governança. Neste modelo de governança as atividades diárias de gestão de risco e a execução das atividades de controlo interno são responsabilidade da 1ª linha de defesa (onde se incluem os *risk owners* e os *Local Risk Officers*); a 2ª linha de defesa (orientada pelo Departamento de *Risk Management and Internal Control* corporativo) é responsável pela definição de políticas e normas de risco e controlo interno e pela monitorização dos níveis de risco; e a 3ª linha de defesa (Auditoria Interna) compete a supervisão e a avaliação de risco para a individualização de risco e de controlo interno. Os órgãos de supervisão (Conselho de Administração e Comitê de apoio, Comissão Executiva, e Conselho Fiscal) garantem que o modelo funciona de maneira eficaz, promovendo a integridade e a transparência. O desenvolvimento deste modelo de gestão de risco é enquadrado num ambiente normativo robusto, que inclui um conjunto de políticas, normas e procedimentos, e é suportado pela Política de Gestão de Risco, aprovada pelo Conselho de Administração. Sustentado no modelo de governança e no ambiente normativo referidos, a Galp implementa um processo sistemático e contínuo de identificação, avaliação, resposta, monitorização, reporte e supervisão e revisão de riscos e oportunidades, garantindo que os objetivos estratégicos são alcançados e que se cria e preserva valor para os stakeholders. Merecem destaque, pelo seu impacto, as atividades de gestão de risco sobre processos, as operações, a execução da estratégia, a capacidade financeira, a reputação da Galp, os riscos que identificamos e desenvolvemos abaixo. De referir que, maioritariamente, estes riscos são geridos centralmente ao nível corporativo.

Riscos	Descrição dos Riscos & Mitigações
Alterações Climáticas	As alterações climáticas representam riscos significativos para a Galp, tanto físicos como de transição: <ul style="list-style-type: none"> Riscos físicos, sejam agudos (eventos extremos) ou crónicos (mudanças graduais), podem afetar operações e ativos da Galp, causando danos, interrupções ou atrasos; Riscos de transição relacionados com mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado podem alterar padrões de consumo, reduzir a procura de Oil & Gas e pressionar preços. Estes fatores podem desafiar o modelo de negócio atual da Galp, exigindo investimentos significativos na transição para soluções de baixo carbono e na mitigação do risco de "ativos irrecuperáveis".
Desempenho e Valorização do Portfólio	A sustentabilidade da Galp depende da sua capacidade de adaptar e otimizar o portfólio, focando-se em oportunidades que assegurem a criação sustentável de valor a longo prazo. Este processo implica capitalizar os ativos de alta qualidade e vantagens competitivas existentes, enquanto promove a diversificação e explora sinergias e oportunidades adjacentes alinhadas com as tendências do mercado, que lhe permitam cumprir com a sua ambição de descarbonizar ao ritmo exigido pelo mercado, garantindo competitividade e resiliência.
Reputação e Imagem	A marca e reputação da Empresa podem ser impactadas por falhas reais ou percebidas no seu modelo de governação, incluindo riscos como branqueamento de capitais, fraude, etc. Estes podem também resultar de comportamentos inadequados de indivíduos, incumprimento regulatório ou falhas na percepção do impacto das operações da Galp sobre as comunidades e o ambiente. Adicionalmente, a forma como a Empresa responde às expectativas dos clientes, stakeholders e Sociedade, especialmente no contexto da transição energética, é determinante para preservar a confiança e credibilidade da Galp.
Contexto Económico	A Galp atua num setor altamente sensível ao contexto macroeconómico, onde a oferta e a procura são diretamente condicionadas por fatores externos. A posição competitiva e desempenho financeiro podem ser prejudicados se a Empresa for incapaz de responder de forma ágil e eficaz a disrupções de mercado, incluindo condições económicas adversas que afetem a oferta e a procura. Adicionalmente, flutuações cambiais, incerteza quanto à inflação e à evolução das taxas de juro representam riscos que podem igualmente desafiar a liquidez e estabilidade da Empresa.
Inovação e Tecnologia	A capacidade para manter eficiência, competitividade e o <i>time-to-market</i> dos produtos e serviços da Galp depende da sua aptidão para identificar, adotar e integrar as novas tendências de transformação digital. A falta de evolução em áreas como automatização, resolução de desafios industriais complexos e implementação de práticas laborais inovadoras pode comprometer a agilidade operacional, prolongar tempos de processamento e aumentar a dependência de tarefas manuais. A inovação tecnológica é essencial no contexto de aceleração da transição energética, permitindo desenvolver novos modelos de negócio e soluções que respondam às exigências do mercado.
Preço das mercadorias	O portfólio de negócios da Galp está exposto à volatilidade dos preços do crude, produtos refinados, gás natural, eletricidade e outras mercadorias. A variação destes preços, influenciada por fatores macroeconómicos (como inflação ou taxas de juro), eventos geopolíticos (ex.: conflitos Rússia-Ucrânia ou Israel-Hamas), avanços tecnológicos (novas fontes de energia), fatores ambientais (catástrofes naturais) ou alterações regulatórias (que afetam padrões de consumo), pode impactar significativamente a dinâmica da oferta e da procura. Estes riscos podem ter efeitos adversos relevantes sobre o valor dos seus ativos, os seus resultados e o desempenho financeiro.
Cibersegurança	A maior parte dos processos da Galp depende fortemente de sistemas e dados digitais. A indisponibilidade ou falha de sistemas digitais críticos, seja por causas acidentais (falhas de rede, hardware ou software), ações intencionais (berciberme), ou negligência (interna ou de prestadores de serviços), pode comprometer a continuidade das operações e a confidencialidade de informação sensível, incluindo dados de stakeholders (investidores, clientes, fornecedores, etc.). Estas situações podem originar notificações regulatórias, coimas, indemnizações e danos reputacionais, afetando a confiança e credibilidade da Empresa.
Jurídico & Regulamentação	A Galp opera sob um amplo conjunto de leis e regulamentos, gerais e específicos do setor, nos vários países onde está presente, incluindo economias emergentes ou em desenvolvimento, com leis e regulamentos estáveis e mudanças regulatórias frequentes. Estas alterações podem modificar significativamente o contexto de negócios em que a Galp opera. O incumprimento de regulamentações nacionais ou internacionais podem excluir a Galp do mercado, com impactos severos na reputação e no desempenho financeiro da Empresa.
Atração e Retenção de Talento	A capacidade de atrair, reter e gerir talento é crítica para a execução eficaz da estratégia da Galp. Ao não satisfazer as ambições crescentes dos colaboradores que procuram um melhor equilíbrio entre a vida profissional e familiar, um ambiente de trabalho mais transparente e flexível, bem-estar e pacotes de benefícios competitivos (salário, benefícios flexíveis, oportunidades de aprendizagem e gestão de carreira, etc.), a Galp pode comprometer a sua capacidade de execução da estratégia de forma eficaz, podendo afetar o desempenho financeiro e reputação.
Abastecimento e Fornecimento	A crescente pressão sobre as cadeias de abastecimento globais pode impactar a disponibilidade de matérias-primas e mão de obra, restringir a capacidade de produção e logística, provocar aumentos de preços e volatilidade da procura. Além disso, o risco crescente de ciberataques às cadeias de fornecimento agrava a vulnerabilidade. Estes fatores podem afetar a capacidade da Galp cumprir os compromissos de fornecimento com clientes e ter um impacto substancial nos seus projetos de investimento, operações e desempenho financeiro.
Perigos e Perda Catastrófica	A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp, especialmente no <i>Upstream</i> e nos processos industriais conduzidos em ambientes altamente desafiantes e sujeitas aos efeitos de desastres naturais, atividades criminosas, agitação social e falhas técnicas ou de segurança, expõem a Empresa e as suas comunidades a um amplo espectro de riscos imprevisíveis. Estes riscos podem afetar a saúde, a segurança, a proteção e o ambiente, conduzindo a ferimentos, perda de vidas, danos ambientais, comprometer a fiabilidade operacional ou das instalações, e provocar interrupções nas operações. As consequências podem ser materialmente adversas para a reputação da Galp, o valor dos seus ativos e o desempenho financeiro.
Execução e Gestão de Projetos	A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp, especialmente no <i>Upstream</i> e nos processos industriais conduzidos em ambientes altamente desafiantes e sujeitas aos efeitos de desastres naturais, atividades criminosas, agitação social e falhas técnicas ou de segurança, expõem a Empresa e as suas comunidades a um amplo espectro de riscos imprevisíveis. Estes riscos podem afetar a saúde, a segurança, a proteção e o ambiente, conduzindo a ferimentos, perda de vidas, danos ambientais, comprometer a fiabilidade operacional ou das instalações, e provocar interrupções nas operações. As consequências podem ser materialmente adversas para a reputação da Galp, o valor dos seus ativos e o desempenho financeiro.

5. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício: Em 04 de fevereiro de 2026, a Companhia e partes envolvidas na discussão sobre a celebração do AIP, instrumento que estabelece os critérios para a individualização de risco e de controlo interno, apresentaram um Patrimônio Líquido de R\$ 12.042.448 k positivos em conjunto de suspensão de arbitragem, por um prazo de 120 dias, com objetivo de buscar uma solução consensual. O evento mencionado acima não impacta as demonstrações financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2025. Não ocorreu nenhum outro evento subsequente após 31 de dezembro de 2025 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas. **6. Perspectivas futuras:** A Petrogal Brasil continua com o foco na otimização do seu portfólio, reforçando os planos de desenvolvimento e implementando as ações para assegurar a extração de valor dos seus projetos. **7. Proposta de aplicação de resultados:** Tomando conhecimento do balanço datado de 31 de dezembro de 2025, propõe-se que o Conselho de Administração aprove e apresente a seguinte aplicação dos resultados de 2025 da Petrogal Brasil S.A., um lucro líquido no valor total de R\$ 3.140.126,173,677 a deliberação dos Acionistas da Companhia, na próxima Assembleia Geral de Acionistas: • O montante de R\$ 1.780.576.000,00 pagos em 2025 a título de dividendos antecipados. • A distribuição do montante de R\$ 452.611.373,67 de dividendos provenientes do Lucro Líquido da Companhia em 2025. • O valor de R\$ 906.938.800,00, relativos a Juros de Capital Próprio de janeiro a dezembro de 2025, já deliberados em 2025. Rio de Janeiro, 10 de março de 2026

Diretoria Executiva

Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente
 Ding Yanxia - Diretor Financeiro
 Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações

Balanco Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE:				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.090.248	4.728.090	CIRCULANTE:			
Contas a receber	5	1.072.289	583.776	Fornecedores	12	714.896	876.225
Estoque	6	1.170.130	1.591.846	Responsabilidade por locações	10	532.561	563.770
Tributos a recuperar	7	391.097	104.449	Salários e provisões	13	30.160	14.703
Adiantamentos		343	1.485	Obrigações tributárias	13	894.380	2.071.849
Despesas antecipadas a apropriar		8.726	18.746	Contas entre companhias	17.3	1.148.251	1.342.490
Outros créditos	15	445.702	170.406	Provisões de serviços	14	2.153.360	1.170.284
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.178.535	7.198.797	Empréstimos de partes relacionadas	17.2	412.680	464.423
NÃO CIRCULANTE:				Empréstimos de partes relacionadas - Juros	17.2	158.529	178.703
Outros créditos	19	1.710.474	1.498.050	Empréstimos de estoques pelos parceiros	6	67.702	148.782
Investimentos societários	11	189.847	230.231	Outros credores		10.883	11.571
Imobilizado	8	19.443.208	21.185.721	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	6.123.401	6.842.798	
Direitos de uso	10	2.688.281	3.057.194	NÃO CIRCULANTE:			
Intangível	9	1.904.740	2.146.759	Empréstimos de partes relacionadas	17.2	4.291.872	4.829.994
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		25.936.549	28.117.956	Provisão para abandono de blocos	18	2.451.117	2.749.309
TOTAL DO ATIVO		30.115.084	35.316.753	Passivo fiscal diferido	16	741.206	1.543.402
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Responsabilidade por locações	10	2.897.707	3.312.673
Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024				Provisão para contingências	19	1.561.333	1.559.174
Valores expressos em milhares de Reais - R\$				TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.943.234	13.994.552	
	Notas	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Receita líquida das vendas	23	13.526.022	14.762.394	Capital social	20	1.158.040	91.480
Receita líquida de serviços	23	10.028	6.089	Reserva de capital	20	7.375.837	7.378.627
Custo dos produtos vendidos	23	(10.191.317)	(9.063.442)	Reserva de lucros	20	505.971	2.223.400
Lucro bruto		3.344.733	5.705.041	Ajustes acumulados de conversão	20	3.008.600	4.785.896
Fornecimentos e serviços externos	22	(314.919)	(628.489)	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.048.448	14.479.402	
Despesas com pessoal		(74.853)	(53.635)	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.115.084	35.316.753	
Amortizações e depreciações		(11.061)	(5.163)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Despesas tributárias	24	(103.977)	(86.694)	Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024			
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	25	1.159.774	32.650	Valores expressos em milhares de Reais - R\$			
Lucro operacional		3.999.898	4.963.711		2025	2024	
Despesas financeiras	26	(877.028)	(522.175)	Lucro líquido do exercício	3.140.126	2.970.598	
Receitas financeiras	26	189.357	462.591	Ajustes acumulados de conversão	(1.771.296)	3.041.275	
Resultado com equivalência patrimonial	29	200.733	83.987	Outros resultados abrangentes	-	-	
Despesas financeiras líquidas		(515.938)	(2.596)	Resultado abrangente do exercício	1.368.830	6.011.873	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.483.959	4.961.115	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Imposto de renda e contribuição social	16	(343.833)	(1.990.517)				
Lucro líquido do exercício		3.140.126	2.970.598				
Lucro líquido por ação no final do exercício		27,12	324,73				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024							
Valores expressos em milhares de Reais - R\$							
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total		
Saldo em 1 de janeiro de 2024		91.480	7.378.667	3.566.312	11.036.659		
Lucro líquido do exercício		-	-	2.970.598	2.970.598		
Dividendos e Juros sobre capital próprio		-	-	(2.568.889)	(2.568.889)		
Programa de Incentivos a longo prazo	20	-	(241)	-	(241)		
Ajustes de conversão do exercício		-	-	3.041.275	3.041.275		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		91.480	7.378.627	7.009.296	14.479.402		
Saldo em 1 de janeiro de 2025		91.480	7.378.627	7.009.296	14.479.402		
Lucro líquido do exercício		-	-	3.140.126	3.140.126		
Capital social		1.066.560	-	-	1.066.560		
Dividendos e Juros sobre capital próprio		-	-	(4.857.555)	(4.857.555)		
Programa de Incentivos a longo prazo	20	-	(2.789)	-	(2.789)		
Ajustes de conversão do exercício		-	-	(1.777.296)	(1.777.296)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.158.040	7.375.837	3.514.571	12.048.448		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		13.815.123	18.717.809
Pagamentos a fornecedores		(1.627.307)	(1.183.188)
Pagamentos ao pessoal		(27.501)	(28.013)
Contribuições para o fundo de pensões		(15.154)	(15.989)
Pagamentos de imposto sobre produtos petrolíferos (Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento)		(4.385.193)	(5.622.147)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional	8	(1.625.805)	(2.155.535)
Dividendos		212.712	72.772
Fluxos das atividades operacionais (1)		4.373.748	8.030.576
Atividades de investimento:			
Empréstimos de partes relacionadas de:			
Juros e proveitos similares		145.797	238.971
Pagamentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		(2.971.158)	(2.994.553)
Ativos intangíveis		(3.709)	(363)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.829.070)	



PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

dados de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas desenvolvidas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas depreciações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas desenvolvidas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respectivamente, em função da produção futura prevista. e) **Contingências:** A Companhia reconhece provisões para contingências quando existe uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado e que seja provável que a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço patrimonial e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. f) **Investimento Societário:** Devido à avaliação da Administração em manter seus investimentos societários existentes, a mensuração desta participação societária é feita o custo de aquisição, e por esse investimento ser em empresas de capital fechado, ou seja, sem cotação em bolsa, e feito através de equivalência patrimonial. A Companhia não efetuou a consolidação das Demonstrações Financeiras de sua participação societária, uma vez que a Galp Energia S.P.S., S.A., consolida todas as empresas do Grupo. u) **Locações (CPC 06 (R2)) – IFRS 16:** **Reconhecimento:** A Companhia reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmonte e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido. A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar essa taxa, utilizando a taxa de juro incremental da Companhia. Em geral, a Companhia utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte: • pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; • pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice; • montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual; • preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e • pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato. A responsabilidade por locações é remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Companhia do montante que deverá ser pago sob a garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão. Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, o que é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero. A Companhia apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira. **Locações financeiras de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor:** A Companhia não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Companhia reconhece os direitos associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos. **Amortização:** O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis. **Imparidades:** O direito de uso do ativo é periodicamente revisado e, se necessário, reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo. **Estimativas contabilísticas e julgamentos:** *Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto:* O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativas de vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos pares do setor. *Imparidade dos Direitos de uso de Ativos:* Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Atualmente, o intervalo de taxas de desconto aplicáveis aos contratos de locação na Companhia varia entre 3.10% e 9.33%. v) **Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir do exercício de 2025 ou aplicáveis a partir de exercícios futuros:** **Normas e interpretações publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade:** As normas IFRS aprovadas e publicadas nos Pronunciamentos Contábeis no Brasil com aplicação no exercício de 2025 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IFRS/IFRIC	Data da publicação	Data de aplicação contabilística	Exercício econômico em que se aplica	Observações
Alterações à CPC 02 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida a 15 de agosto de 2024)	26/09/2024	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos.
Alterações à CPC 18 (R3) 'Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto' e ICPC 9 (R3) 'Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial' (emitida a 23 de setembro de 2024)	23/09/2024	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos.
Alterações à CPC 37 'Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade', que passam a vigorar com as seguintes redações de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida em 15/08/2024)	15/08/2024	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos.
Melhorias Anuais Volume 11 (CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 02) (emitida a 18 de julho de 2024)	10/07/2025	01/01/2026	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.
Alterações à CPC 48 e CPC 40 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza' (emitida a 18 de dezembro de 2024)	01/07/2025	01/01/2026	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.
Alterações à CPC 48 e CPC 40 'Classificação e mensuração de instrumentos financeiros' (emitida a 18 de abril de 2024)	06/06/2024	01/01/2026	2026	Sem impactos contabilísticos estimados.
Alterações à CPC 28 'Apresentação de demonstrações financeiras' (emitida a 17 de agosto de 2023)	17/08/2023	01/01/2027	2027	Sem impactos contabilísticos estimados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Unid: milhares de R\$	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.090.248	4.728.059
Bancos	90.457	3.787.186
Bancos - contas vinculadas	126	3
Aplicações financeiras	999.544	940.902

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras brasileiras e internacionais. As aplicações financeiras realizadas em instituições brasileiras tiveram retorno a juro composto médio equivalentes a 96 % da taxa DI (97.5% da taxa DI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e possuem cláusulas de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado. As aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras no exterior tiveram um retorno a juro simples médio de 4,25% a.a. (3,98% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) e possuem cláusulas de liquidez imediata com a penalização de perda da rentabilidade no resgate antecipado. As mesmas estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. A Companhia avaliou o risco de crédito da contraparte das suas aplicações financeiras conforme descrito na Nota 27. As aplicações financeiras são compostas pelos seguintes depósitos de curto prazo, a seguir demonstrado:

Instituição financeira	Unid: milhares de R\$	
	2025	2024
Banco Itaú Unibanco S.A., Brasil	999.544	940.902
Citibank S.A., Brasil	119.160	330.074
Deutsche Bank S.A., Brasil	-	29.184
Citibank N.A., Nova Iorque	-	272.028
Banco Bradesco, Europa	-	309.615
Banco Bradesco, Europa	880.384	-

5. CONTAS A RECEBER

A rubrica de contas a receber, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

	Unid: milhares de R\$			
	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contas a receber	1.072.289	-	583.776	-
Clientes (a)	1.017.208	-	578.739	-
Outras	55.081	-	5.037	-

(a) O montante de R\$ 1.017.208 (31-12-2024 - R\$ 578.739), em contas a receber de clientes, cujo vencimento é de 30 dias a partir de seu reconhecimento, refere-se essencialmente às vendas de óleo à Galp Trading, S.A. ocorridas em dezembro de 2025, e às remunerações da cessação de uso do Sistema Integrado de Escoamento (SIE) dos clientes Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda e CNOOC Petroleum Brasil Ltda. (b) O montante de R\$ 55.081 (31-12-2024 - R\$ 5.037), em contas a receber - outras, cujo vencimento é de 30 dias a partir de seu reconhecimento, refere-se essencialmente à recuperação do custo de seguro da construção do FPSO Bacalhau, faturado ao operador Equinor Brasil Energia Ltda. A Administração avalia um impacto mínimo nos negócios da Companhia, pois as receitas aferidas pela Petrogal Brasil majoritariamente são realizadas atreladas carta conforto ou garantias, com empresas do grupo ou com grandes empresas da indústria. Por este motivo, a avaliação de risco de crédito das operações de venda da Companhia para em 31 de dezembro de 2025 é 0,36%.

6. ESTOQUES

A rubrica de estoques apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Unid: milhares de R\$	
	2025	2024
Estoques	1.170.130	1.591.846
Petróleo bruto	289.600	885.728
Produto em poder de terceiros (underlifting)	880.530	706.118

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica 'Petróleo bruto' inclui o montante de R\$ 108.106 (31-12-2024 - R\$ 747.795) de stock em trânsito e o montante de R\$ 181.497 (31-12-2024 - R\$ 137.933) de direito de stock. Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de passivo 'Empréstimos de estoques pelos parceiros', no balanço patrimonial, apresenta o seguinte saldo:

	Unid: milhares de R\$	
	2025	2024
Empréstimos de estoques pelos parceiros	67.702	148.782

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A rubrica de tributos a recuperar apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Unid: milhares de R\$			
	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Tributos a recuperar	391.097	-	104.449	-
PIS	59.516	-	7.342	-
COFINS	251.486	-	44.608	-
ICMS	10.332	-	44.995	-
IRRF e CSLL	69.763	-	7.504	-

Coro o início da produção do Campo de Bacalhau, a Companhia reconheceu um significativo crédito de Pis e Cofins relativos às aquisições de bens e serviços aplicados na construção do FPSO, das interligações, poços e outros e nos custos de operação, além dos habituais créditos relacionadas com o bloco de BMS-11. No âmbito da legislação em vigor sobre o tema. Os créditos de Pis e Cofins são compensados com tributos federais. Em dezembro de 2025, a rubrica de Pis inclui o montante de R\$ 59.516 (31-12-2024 - R\$ 7.342) e a de Cofins inclui R\$ 251.486 (31-12-2024 - R\$ 44.608) resultantes deste apuramento de créditos. O montante de R\$ 69.763 (31-12-2024 - R\$ 7.504) inclui o saldo negativo de IRRJ e CSLL de 2024 e IRRF de clientes. O montante de R\$ 10.332 em dezembro de 2025 (31-12-2024 - R\$ 44.995) da rubrica ICMS a recuperar, inclui as movimentações sobre as operações dos empréstimos (ou mútuos) de petróleo, tomados por parte da Companhia às empresas parceiras, Petróleo Brasileiro - Petróbras S.A. e Shell Brasil, deduzido do ICMS sobre as vendas de gás. A recuperação dos tributos, no montante de R\$ 391.097, prevê-se que ocorra durante o exercício de 2026, por essa razão a Companhia reconheceu contabilisticamente como ativo circulante.

8. IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2025, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

	Unid: milhares de R\$			
	Construções em andamento		Subtotal de Ativos Tangíveis	
	Bacia Santos	Juros de empréstimos de Suprimentos PIS/Cofins	Bacia Santos	Juros de empréstimos de Suprimentos PIS/Cofins
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.703.551	1.624.166	246.744	11.574.460
Adições	692.692	266.080	-	958.771
Imparidades	1.838	-	-	1.838
Regularizações e outros ajustamentos	-	(17)	(8.567)	(8.584)
Transferências	(7.000.274)	(1.293.449)	-	(8.293.724)
Conversão cambial	(1.081.093)	(180.953)	(27.490)	(1.289.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.316.714	415.827	210.687	2.943.228
em 31 de dezembro de 2025	2.316.714	415.827	210.687	2.943.228

	Unid: milhares de R\$							
	Bens em operação							
	Bacia Santos	Cabiú-nas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corporativas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.574.460	26.831.496	582.510	2.787	11.648	11.239	2.035.236	41.049.375
Adições	958.771	1.534.661	1.727	473	325	-	-	2.495.957
Imparidades	1.838	-	-	-	-	-	-	1.838
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	-	-	-	(748)	(88)	-	-	(836)
Regularizações e outros ajustamentos	(8.584)	(105)	-	-	-	-	110	(8.578)
Transferências	(8.293.724)	7.000.263	-	-	11	-	1.293.452	2
Conversão cambial	(1.289.533)	(2.989.368)	(64.899)	(311)	(1.298)	(1.252)	(226.759)	(4.573.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.943.228	32.376.947	519.338	2.201	10.598	9.987	3.102.039	38.964.337

	Unid: milhares de USD						
	Construções em andamento						
	Bacia Santos	Juros de empréstimos de Suprimentos	PIS/Cofins	Juros de empréstimos de Suprimentos	Subtotal de Ativos Tangíveis		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.416.606	987.373	172.428	26.200	7.576.406		
Adições	2.142.145	377.557	172.428	26.200	2.545.902		
Imparidades	(469.562)	(1.424)	-	-	(470.986)		
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	-	(2.997)		
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	-	-	-	2.458		
Transferências	(175.700)	(14.874)	-	-	(190.574)		
Conversão cambial	1.790.600	275.534	48.117	-	2.114.251		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.703.550	1.624.166	246.745	11.574.461	11.574.461		
em 31 de dezembro de 2024	9.703.550	1.624.166	246.745	11.574.461	11.574.461		

	Unid: milhares de R\$							
	Bens em operação							
	Bacia Santos	Cabiú-nas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corporativas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.576.406	20.224.318	458.991	2.318	8.784	8.789	1.578.048	29.857.654
Adições	2.545.902	913.897	-	537	419	-	2.062	3.462.815
Imparidades	(470.986)	(533)	-	-	-	-	-	(471.519)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	(718)	(6)	-	-	(3.721)
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	(125.741)	(4.564)	-	-	-	-	(127.847)
Transferências	(190.574)	175.812	-	-	-	-	14.762	-
Conversão cambial	2.114.251	5.643.743	128.084	647	2.451	2.453	440.366	8.331.996
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.574.460	26.831.496	582.511	2.784	11.649	11.242	2.035.238	41.049.377

	Unid: milhares de R\$						
	Bens em operação						
	Bacia Santos	Cabiú-nas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corporativas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.416.606	987.373	172.428	26.200	7.576.406		
Adições	2.142.145	377.557	172.428	26.200	2.545.902		
Imparidades	(469.562)	(1.424)	-	-	(470.986)		
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	-	(2.997)		
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	-	-	-	2.458		
Transferências	(175.700)	(14.874)	-	-	(190.574)		
Conversão cambial	1.790.600	275.534	48.117	-	2.114.251		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.703.550	1.624.166	246.745	11.574.461	11.574.461		
em 31 de dezembro de 2024	9.703.550	1.624.166	246.745	11.574.461	11.574.461		

	Unid: milhares de R\$							
	Bens em operação							
	Bacia Santos	Cabiú-nas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corporativas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.576.406	20.224.318	458.991	2.318	8.784	8.789	1.578.048	29.857.654
Adições	2.545.902	913.897	-	537	419	-	2.062	3.462.815
Imparidades	(470.986)	(533)	-	-	-	-	-	(471.519)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	(718)	(6)	-	-	(3.721)
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	(125.741)	(4.564)	-	-	-	-	(127.847)
Transferências	(190.574)	175.812	-	-	-	-	14.762	-
Conversão cambial	2.114.251	5.643.743	128.084	647	2.451	2.453	440.3	



PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

de gás natural não processado e na comercialização do gás seco e de líquidos oriundos deste processamento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os investimentos societários são detalhados como se segue:

	2025	2024
Patrimônio Líquido na PBC	189.947	230.230
Aquisição do Investimento	141.728	159.501
Participação nos lucros	48.118	70.728

12. FORNECEDORES
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de fornecedores é constituída pelos seguintes itens:

	2025	2024
Fornecedores	714.896	876.225
Fornecedores	209.339	137.733
Contas a pagar a operadores dos consórcios - blocos não operados	505.557	738.492

A rubrica de contas a pagar a operadores dos consórcios dos blocos não operados, pela Companhia, tem a seguinte composição pelas bacias onde a mesma detém participação:

	2025	2024
Bacias	505.557	738.492
Bacia Santos - SP	505.557	738.492

O montante de R\$ 505.557 em 31 de dezembro de 2024 (31-12-2024 - R\$ 738.492), é referente a valores a serem debitados pelo operador dos blocos relativo a investimento já realizado e reconhecido nos mesmos (cash call) deduzidos dos relatórios de gastos apresentados pelos operadores dos consórcios.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
A rubrica de obrigações tributárias apresenta os seguintes montantes:

	2025	2024
Obrigações tributárias	894.380	2.071.849
Impostos sobre as vendas	-	920
Impostos sobre salários	2.463	2.261
Outros impostos retidos a terceiros	2.278	25.604
Participação Especial	523.931	789.138
IRPJ e CSLL a pagar, do exercício	365.709	1.253.925

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro pelo regime de apuração do Lucro Real, com antecipações mensais efetuadas por estimativa. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou lucro fiscal, à semelhança de 31 de dezembro de 2024.

14. PROVISÕES DE SERVIÇOS
A rubrica de provisão de serviços apresenta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	2025	2024
Provisões de serviços	2.153.360	1.170.284
Provisão serviços blocos não operados	1.742.953	671.939
Provisão royalties	109.704	148.335
Provisão I&D	66.954	131.825
Outros	233.749	218.185

A rubrica de provisão de serviços blocos não operados é composta de provisão de redução de participação nos campos de Berbigão e Sururu devido à espera da aprovação do AIP conforme nota explicativa no. 01 (2025 - R\$ 629.007 e 2024 - R\$ 534.210), pela provisão de redução de participação no campo de Tupi devido a redeterminação (2025 - R\$ 972.384) e referente ao

custo de produção (aluguel do FPSO e outros serviços) do BM-S-11, nomeadamente, Módulo "Tupi Pilot", "Tupi Nordeste", "Tupi Central", "Tupi Alto", "Tupi Sul", "Tupi Extremo Sul", "Tupi Norte", "Iracema Sul", "Iracema Norte", "Berbigão-Sururu" e "Atapu", BM-S-24, nomeadamente, Módulo "Carioca" e BM-S-8, nomeadamente, Módulo Bacalhau (2025 - R\$ 141.566 e 2024 - R\$ 137.729). Os royalties de competência do mês de dezembro de 2025, e pagos no mês de janeiro de 2026, totalizaram R\$ 109.704 (2024 - R\$ 148.335) para o bloco BM-S-11 R\$ 103.269 (2024 - R\$ 143.468), para o bloco BM-S-24 (Sépia) R\$ 3.687 (2024 - R\$ 4.867) e para o bloco Bacalhau R\$ 2.746. Na rubrica Provisão I&D encontra-se registrado o montante de R\$ 66.954 (2024 - R\$ 131.825) relativos à provisão dos custos de Investigação & Desenvolvimento, de acordo com o contrato de concessão. O montante de R\$ 233.749 (2024 - R\$ 218.186) refere-se relativo às operações de gás natural da Companhia (2025 - R\$ 190.939 e 2024 - R\$ 134.633), serviços logísticos relativos a venda de óleo (2025 - R\$ 18.339 e 2024 - R\$ 9.951) e serviços diversos voltados para as operações de exploração e produção de óleo e gás (2025 - R\$ 24.475 e 2024 - R\$ 73.602).

15. OUTROS CRÉDITOS
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de outros créditos correntes é constituída pelos seguintes itens:

	2025	2024
Outros créditos	445.702	170.406
Especialização faturação - geral	360.193	124.837
Restituição de débitos de ICMS pelo Operador	83.846	45.199
Outros proventos financeiros	1.663	369

O montante de R\$ 360.193 (31-12-2024 - R\$ 124.837) é composta pela provisão de faturação relativos à venda de gás R\$ 177.061 (31-12-2024 - R\$ 45.199), provisão de faturação pela remuneração do Sistema Integrado de Escoramento (SIE), na posição de proprietária do gasoduto, no montante de R\$ 67.707 e pela recuperação relativo ao custo de escoamento de gás, na posição de escoadora, no montante de R\$ 215.435. O montante de R\$ 83.846 (31-12-2024 - R\$ 45.199), refere a débitos de ICMS incorridos nas operações de mútuo de óleo que serão devolvidos pelos parceiros no momento da devolução do mútuo.

16. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL
O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculado com base no lucro real onde considera os resultados tributáveis do exercício de acordo com a legislação fiscal vigente no país. As alíquotas aplicadas para cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido são 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são as mesmas do imposto corrente, 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram como segue:

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social	(343.833)	(1.990.517)
Imposto corrente	(983.593)	(1.825.280)
Imposto diferido	639.760	(165.237)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada nas contas de resultado está demonstrada, conforme segue:

	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.976.460	3.827.238
Adições e exclusões do LALUR	(2.069.329)	(2.417.879)
Resultado antes da compensação do prejuízo fiscal	2.907.131	6.245.117
Compensação do prejuízo fiscal	-	-
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	2.907.131	6.245.117
Alíquotas (%)	15% + adicional 10%	9% 15% + adicional 10%
Cálculo IRPJ e CSLL	726.759	261.642
Lei Rouanet / PAT	(18.170)	(27.118)
Conversão cambial	9.753	(198.276)
IRPJ e CSLL corrente	718.342	1.335.862
IRPJ e CSLL diferido	(470.412)	(169.348)
IRPJ e CSLL - do exercício	247.903	1.457.369
Diferenças definitivas e ajustes de conversão de moeda	(4,017,004)	(4,017,004)
IRPJ e CSLL - do exercício	26%	10%

O montante de passivo fiscal diferido registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro 2025 foi de R\$ 741.206 (31-12-2024 - R\$ 1.543.402), conforme abaixo:

	2025	2024
Passivo fiscal diferido	(1.543.402)	186.991
Diferenças entre bases contábil e fiscal	-	-
Ativo circulante	(50.300)	-
Ativo não circulante	(4.730.975)	-
Passivo circulante	201.572	11.992
Passivo não circulante	3.036.301	174.999
A diferença temporária do ativo não circulante, decorre majoritariamente da aceleração da depreciação dos ativos tangíveis diretamente relacionados com projetos de Upstream (R\$ 2.751.734) e o direito de uso relativo aos arrendamentos dos FPSOs (R\$ 914.014). A diferença temporária do passivo não circulante é majoritariamente referente às obrigações de arrendamento dos FPSOs (R\$ 1.713.656) e a provisões para perda relativos aos depósitos judiciais realizados até o último trimestre de 2024 e outras provisões (R\$ 985.876).		

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
17.1. Transações comerciais: Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e as transações efetuadas durante esses exercícios, com partes relacionadas são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Partes relacionadas	13.331.712	309.399
Societades	(8.874)	-
Galp Energia Brasil, S.A.	40.231	-
Galp Energia, S.A.	86	86
Galp West Africa, S.A.	-	-
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	309.399	309.399
Galp Trading, S.A.	(12.719.792)	-
Petrogal, S.A.	21.722	-
Petrogal Brasil Comercializadora, Lda	(974.485)	-

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Partes relacionadas	14.362.240	331.802
Societades	(7.708)	-
Galp Energia Brasil, S.A.	36.760	36.760
Galp Energia, S.A.	3.015	3.015
Galp West Africa, S.A.	-	-
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	331.802	331.802
Galp Trading, S.A.	(14.135.628)	-
Petrogal, S.A.	19.443	19.443
Petrogal Brasil Comercializadora, Lda	(609.924)	-

Do total de R\$ 39.257 de valores a pagar a partes relacionadas, R\$ 17.068 dizem respeito a serviços técnicos, R\$ 16.045 relativos à custo de sobre estadia, R\$ 3.522 referem-se à serviços de apoio administrativos e R\$ 2.625 relativos a reembolso de despesa relativos a gastos com pessoal.

18. PROVISÕES PARA ABANDONO DOS BLOCOS
O saldo em 31 de dezembro de 2025 de provisões para abandono dos blocos é o seguinte:

	2025	2024
Provisão para abandono de blocos	2.749.309	104.408
Campo Tupi	1.632.353	98.119
Campo Iracema	502.857	6.289
Campo Atapu	40.690	-
Campo Berbigão	244.986	-
Campo Sépia	83.454	-
Campo Bacalhau	224.880	-
Gasoduto Cabuinas	19.989	-

O aumento ocorrido nas provisões de abandono dos blocos durante o ano de 2025 está essencialmente relacionado com a inclusão na estimativa de abandono de novos poços construídos no exercício de 2025, apesar de ainda não estarem a produzir, e pela revisão da estimativa do custo de abandono. Por decisão de análise técnica realizada pelo Consórcio, o consórcio realizou o abandono de dois poços no exercício de 2024. Esta decisão resultou em gastos com abandono dos poços 7-LL-84D-RJS, do campo de Tupi (R\$ 1.161) e 3-RJS-706 (R\$ 13.938), do campo de Berbigão. No decorrer do exercício em análise foram constituídas provisões para abandono para os poços produtores perfurados até o momento. Foram considerados mais 5 poços produtores, dos quais 4 em Tupi e 1 em Atapu. A Companhia atualizou as provisões para todos os projetos, no montante de -\$ 229.592, o qual resulta de nova informação, atualizada anualmente, que tem por base a estimativa mais recente dos custos de abandono que constam nos Planos Anuais de Trabalhos submetidos pelos Operadores à ANP no final de 2025. A taxa de desconto utilizada é entre 4.16% à 4.99%.

19. DEPÓSITO JUDICIAL E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A rubrica de Depósito judicial, no montante de R\$ 1.710.474 (31-12-2024 - R\$ 1.98.050) é constituída por montantes pagos no âmbito da Providência Cautelar apresentada pelo Consórcio BM-S-11. O Consórcio interpôs a referida providência por discordar da decisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em unificar os Campos de Tupi e Cernambi. Parte do montante depositado em juízo foi reconhecido como perda na rubrica

de Provisão para contingências, conforme a seguir:

	2025	2024
Provisão para contingências	1.561.333	1.559.174
Provisão-Providência Cautelar(até4ºtrimestrede2024)	1.555.486	1.555.544
Provisão - Outras	5.847	6.300

O montante de R\$ 1.555.486 (2024 - R\$ 1.555.544), com referência até o quarto trimestre de 2024, devido ao desentendimento da forma de cálculo da participação especial. O acréscimo apresentado em 31 de dezembro de 2025, face a 31 de dezembro de 2024, refere-se apenas a diferenças cambiais (nota 19). No entender da ANP, para fins de apuração das Participações Governamentais, os reservatórios das áreas identificadas nos campos acima referidos, formam um único campo de grandes dimensões. No entanto, o Consórcio defende a existência de dois reservatórios independentes e sem conexão hidráulica, o que leva à necessidade de apurações independentes de Participações Governamentais. O valor que se encontra hoje depositado judicialmente diz respeito a parcela controversa do cálculo da Participação Especial, evidenciada pelas diferenças apuradas entre as parcelas devidas considerando-se os Campos de Tupi e Cernambi separadamente. Até o início do exercício de 2019, a Companhia tinha registrado na rubrica Depósito Judicial, a parcela controversa de Participação Especial referente ao último trimestre de 2014 e ao primeiro e segundo trimestres de 2015, amparado por uma autorização judicial de obtida em 2014 e posteriormente revogada no terceiro trimestre de

2015. Com o desenvolvimento do processo e o atingimento da discussão ao Superior Tribunal de Justiça, no início do exercício de 2019, o Consórcio obteve uma liminar favorável que volta a autorizar o depósito judicial das parcelas controversas, evidenciadas pelas diferenças entre as parcelas devidas considerando os Campos Tupi e Cernambi unificados e as parcelas devidas considerando os Campos de Tupi e Cernambi separadamente. No terceiro trimestre de 2025, a companhia obteve uma decisão favorável pela arbitralidade do mérito, aumentando as chances de êxito, e a apresentação de garantias, em vez do pagamento em juízo. São mantidas negociações entre a ANP e o Consórcio. Diante das possibilidades de um eventual acordo, cujo expectativa está próximo dos depósitos feitos até o último trimestre de 2024, a Companhia optou por manter o montante provisionado de R\$ 1.555.484 para fazer frente a uma possível concordância das partes. Os montantes controversos relativos ao ano de 2025, a Companhia avalia o passivo como possível. Durante o ano de 2025, iniciaram discussões relativas à controversa da apuração da Participação Especial dos campos de Berbigão e Sururu. Dada a similaridade do tema, a obtenção do direito a apresentação de fiança garantia e a decisão favorável pela arbitralidade, a Companhia avalia este passivo também como possível. Participação especial e demais causas possíveis de perda: A Companhia avalia o risco de perdas classificadas como "Possível" no montante de R\$ 2.772.258 (2024 - R\$ 1.181.169). O aumento refere-se à unificação dos Campos de Berbigão e Sururu e Tupi e Iracema na apuração da Participação especial (2025 - R\$ 1.098.609), novos pedidos de compensação de tributos federais não homologados (2025 - R\$ 644.650 e 2024 - R\$ 375.526) e Processos relacionados a insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS (2025 - R\$ 429.237 e 2024 - R\$ 254.367). Não foram constituídas provisões para contingências fiscais e trabalhistas avaliadas como possível. A composição do saldo de contingências fiscais e trabalhistas é conforme a seguir:

	2025	2024
Demais contingências	2.772.258	1.181.175
Contingências regulatórias	1.098.609	-
- Controversa na unificação dos Campos de Berbigão e Sururu na apuração da Participação especial	851.926	-
- Controversa na unificação dos Campos de Tupi e Iracema na apuração da Participação especial	246.684	-
Contingências Fiscais	1.671.734	1.179.701
- Processos relacionados a pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal, relacionados ao questionamento de créditos de PIS e COFINS apurados ao longo dos anos de 2015 até 2020	628.358	359.958
- Outros processos relacionados a pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal	16.293	15.567
- Dedução indevida de despesas referentes a importações com empresas vinculadas tendo em vista o suposto descumprimento da legislação de Preços de Transferência em relação aos anos-calendário de 2016, 2017, 2018 e 2019	333.385	319.157
- Devolução de valores objeto de Per/Dcomps ressarcidos antecipadamente pelo Fisco	47.293	41.457
- Questionamento pela RFB do momento de disponibilização dos valores de JCP para fins de incidência do IRRF para os anos-calendário 2017 e 2018	25.636	23.432
- Processos relacionados à insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS do quarto trimestre de 2018, ano-calendário de 2019 e ano-calendário de 2020 em decorrência do questionamento de créditos de PIS e COFINS dos referidos períodos	429.237	254.367
- Multa por erro em obrigação acessória	47.425	50.102
- Processos diversos de natureza fiscal	8.677	3.833
- Incidência de PIS/COFINS sobre suposto período de dívida decorrente da anistia dada pela Lei 13.586/2017 às multas relacionadas aos débitos de IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações pagos em janeiro de 2018	135.431	111.827
Outras Contingências	1.915	1.474
- Processos diversos de natureza trabalhista	1.915	1.474

A Companhia prestou diversas garantias bancárias resultado de imposição contratual constante nos Contratos de Concessão assinados entre a Agência Nacional de Petróleo - ANP e os parceiros nos blocos onde participa. Estes Contratos visam assegurar o cumprimento da realização de dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias bancárias prestadas corresponde às responsabilidades da Companhia que iguala à sua percentagem de participação nos Consórcios. A Companhia tem a obrigação contratual de cumprir com o período exploratório mínimo, ou seja, com as datas previstas contratualmente para o início da perfuração de poços na fase de pesquisa. A Companhia celebrou um contrato de venda de gás natural com a Petrobrás Brasileiro, S.A. - Petrobrás, para a área de concessão BM-S-11, no Campo Tupi, na bacia de Santos, com a duração de 23 anos, pelo qual a Petrogal venderá o gás produzido nos módulos de desenvolvimento do Piloto de Tupi e Tupi NE. Para a satisfação do contrato de fornecimento de gás foi prestado uma garantia pela Galp à Petrobrás que até 31 de dezembro de 2025 ascende a R\$ 303 milhões. A Companhia tem ainda o compromisso de compra e venda de gás natural não processado para fins comerciais. O contrato de venda firmado com a Petrogal Brasil Comercializadora Ltda tem vigência até o ano de 2037. O contrato de compra com a QatarEnergy foi firmado no final de 2025 com vigência para 5 anos. Já os contratos com a Petronas Petróleo Brasil Ltda e TotalEnergies EP Brasil Ltda foram firmados em 31 de dezembro de 2024 com vigência até 2027. Os montantes do compromisso se apresentam da seguinte forma:

	1-3 anos	4-5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Obrigação total não reconhecida nas demonstrações financeiras	1.149.000	765.538	2.748.174	4.662.717
Petrogal Brasil Comercializadora Ltda (venda)	911.841	700.445	2.748.174	4.360.465
TotalEnergies EP Brasil Ltda (venda) - Lapa	9.860	-	-	9.860
QatarEnergy Brasil Ltda (compra)	57.126	65.093	-	122.219
Petronas Petróleo Brasil Ltda (compra)	21.795	-	-	21.795
TotalEnergies EP Brasil Ltda (compra)	148.378	-	-	148.378

O montante das fianças e garantias bancárias, assumido pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é R\$ 1.559.721 e R\$ 269.173, respectivamente. As garantias estão relacionadas aos gastos de descomissionamento R\$ 1.326.431 (2024 - R\$ 266.461), controversa no cálculo da participação especial dos campos de Tupi e Berbigão-Sururu R\$ 177.034 e processos judiciais fiscais R\$ 56.257 (2024 - R\$ 27.12).

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS DE CAPITAL
O capital social da Companhia está demonstrado a seguir:

	2025	2024
Capital social	115.804.000	1.158.040
Petrogal Brasil BV	81.062.800	0,01
Windland Energy Petroleum Sarl	34.741.200	0,01
Capital Social estava integralizado em sua totalidade. Em 16 de dezembro de 2025, os acionistas aprovam, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$ 1.066.560, passando para R\$ 1.158.040, mediante a capitalização de parte dos dividendos a pagar relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Já a Reserva de Capital no montante de R\$ 7.375.837 (2024 - R\$ 7.378.627) é composta pelo montante de R\$ 7.373.711 (2024 - R\$ 7.373.711) integralizado na totalidade pelos acionistas e R\$ 2.126 (2024 - R\$ 4.915) respeitante a ações próprias afetas ao programa de incentivo obrigatório. • Conforme a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 2025, o capital social no montante de R\$ 906.939 distribuído em forma de juros de capital próprio; • O montante de R\$ 1.780.576 pagos durante o exercício de 2025 a título de dividendos antecipados; e • O valor remanescente de R\$ 452.611, proveniente do lucro líquido da Companhia em 2025, seja distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos. • Os dividendos a serem distribuídos pela Companhia seguem as determinações do seu Estatuto Social (Capítulo V, Artigos 31 a 37), o qual estabelece, entre outros, que sejam distribuídos para os acionistas da Companhia o montante correspondente a 100% do Lucro Acumulado descontado do Fluxo de Caixa Disponível, desde que estes dividendos não ultrapassem o Fluxo de Caixa Disponível, ressaltando que tal distribuição não poderá descumprir as regras de subcapitalização brasileiras (Art. 24 da Lei No 12.249, de 11.06.2010) ou exceder o valor legalmente permitido para distribuição. Assim, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tem necessidade de constituir um passivo para distribuição de dividendos obrigatório. • Conforme a Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os juros sobre o capital próprio distribuídos aos acionistas, relativo ao ano-calendário de 2021, foram calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio, foram tratados como despesa financeira (dedutíveis na apuração do Lucro Real). No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição de lucro líquido de períodos anteriores ainda existentes, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, como um passivo, uma vez que os benefícios fiscais por eles gerados são mantidos no resultado do exercício. • Após a observância de todas as previsões legais, o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com os termos da legislação aplicável.		

Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Passagens aéreas e hospedagens	5.631	5.886	
Aluguéis, condomínios, energia elétrica, água, etc.	877	3.524	
Conservação e reparação (predial e veículos)	19	3	
Material de escritório, limpeza, etc.	1.035	1.100	
Outros serviços diversos	(51.286)	2.205	
O montante de R\$ 109.525 (31-12-2024 - R\$ 209.347) referente a custos de exploração petrolífera diz respeito a dispêndios incorridos na fase de exploração, ou seja, dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica e gastos gerais administrativos, bem como estes últimos que transitaram da fase de exploração para a fase de desenvolvimento. O montante de R\$ 47.612 (31-12-2024 - R\$ 146.327) referente a Custo com pesquisa e desenvolvimento trata-se da obrigação regulatória prevista no contrato de concessão. O montante de R\$ 127.395 (31-12-2024 - R\$ 158.112) referente a Seguros diversos, inclui o seguro contratado para as operações de exploração e produção de óleo dos projetos em que a Companhia detém. O montante de -R\$ 51.286 (31-12-2024 - R\$ 2.205) inclui a anulação da obrigação do arrendamento a pagar relativo ao FPSO Cidade Angra dos Reis, uma das unidades produtoras do campo de Tupi. Devido a problemas operacionais, esta unidade ficou 7 meses se produzir no exercício de 2025.			
23. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS			
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a composição do lucro bruto é como se demonstra a seguir:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas - produto	13.724.585	14.917.862	
Impostos incidentes sobre as vendas - produto	(198.564)	(155.468)	
Receitas líquidas das vendas	13.526.022	14.762.394	
Receita bruta de serviços	11.695	7.101	
Impostos incidentes sobre os serviços	(1.667)	(1.012)	
Receitas líquidas de serviços	10.028	6.089	
Custos gerais de produção	(2.475.007)	(1.894.507)	
Depreciações	(2.171.932)	(2.325.828)	
Imparidades	3.296	(402.146)	
Royalties	(1.366.410)	(1.522.043)	
Participação especial	(2.604.973)	(3.018.677)	
Estoques	(1.576.291)	99.759	
Custos de vendas e prestação de serviços	(10.191.317)	(9.063.442)	
Lucros brutos	3.344.733	5.705.041	
Durante o exercício de 2025, na rubrica Estoques, a Companhia reforçou, no montante de R\$ 101.595, a provisão relativa a unitização dos campos de Berbigão/Sururu localizada na bacia de Santos totalizando R\$ 1.287.916 (31-12-2024 - R\$ 1.186.321). Adicionalmente, a Companhia constituiu a provisão, no montante de R\$ 869.992, relativa redução de participação na redeterminação do campo de Tupi.			
24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a composição das despesas tributárias é como se demonstra a seguir:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Despesas tributárias	103.977	86.694	
PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais	78.180	45.830	
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	19.874	37.104	
Outros impostos	5.924	3.759	
No exercício de 2025, a Companhia apresentou acréscimos nas rubricas PIS/COFINS sobre outras receitas operacionais, devido ao aumento do volume e da tarifa de escoamento de gás natural cobrado aos escoadores que utilizaram o gasoduto pertencente a Companhia, e PIS/COFINS sobre receitas financeiras, devido à desvalorização do real (R\$).			
25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS			
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a composição das Outras receitas (despesas) operacionais líquidas é como se demonstra a seguir:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.159.774	32.650	
Recuperação de custos - Contrato de utilização do Sistema de Escoamento de gás por terceiros	845.652	496.381	
Under/overlifting das cargas levantadas	319.814	(157.529)	
Provisão para contingências (provisão para perda)	72	(294.695)	
Gastos de incentivos a cultura	(25.892)	(22.167)	
Penalidades	-	(43.122)	
Ajuste provisão de abandono	45.571	64.197	
Outras	(25.443)	(10.415)	
A rubrica Recuperação de custo – Contratos de utilização do Sistema de Escoamento de gás por terceiros refere-se a recebimentos de outras escoadoras que utilizam aos gasodutos pertencentes a consórcios os quais a Companhia tem participação. O aumento desta rubrica refere-se ao aumento do volume de gás escoado pelas escoadoras, bem como o aumento da tarifa sobre o volume. Já a rubrica Ajuste provisão de abandono refere-se à atualização realizada com base no Plano Anual de Trabalho apresentado à ANP no final de 2025. Tal atualização gerou um impacto negativo na provisão de abandono no campo de Iracema reconhecido diretamente no resultado.			
26. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS			
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição das despesas e receitas financeiras é como se demonstra a seguir:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(877.028)	(522.175)	
Juros de empréstimos	(39.302)	(1.244)	
Juros de locações	(295.685)	(296.379)	
Provisão de abandono - Ajuste a valor presente	(111.217)	(86.321)	
Outros juros	(316.336)	(134.373)	
Diferenças de câmbio	(114.495)	-	
Despesas bancárias	83	(2.764)	
Descontos concedidos	(76)	(1.095)	
Receitas financeiras			
Juros			
Diferenças de câmbio			
Com o início da produção do Campo de Bacalhau, a Companhia transferiu um montante significativo do imobilizado de Construções em andamentos para Bens em operações. Tal transferência resultou um aumento na rubrica Juros de empréstimos pois a Companhia não capitalizou a totalidade dos juros incorridos. A parcela de juros referentes aos empréstimos capitalizados é rateado pelos ativos em andamento e em operação (Nota 8). No exercício de 2025, a rubrica de 'Outros juros', com montante de R\$ 316.336, respeita majoritariamente aos encargos de mora sob a redeterminação do campo de Tupi (Nota 1). Em 2024, a rubrica de 'Outros juros', com montante de R\$ 134.373, respeita aos encargos de mora sob pagamento da transação tributária no montante de R\$ 125.859 (Nota 1) e encargos financeiros sob outros pagamentos em atraso de faturas de R\$ 8.514. O montante de R\$ 160.357 (31-12-2024 - R\$ 210.934) relativo à receita de juros em sua maioria refere-se à aplicação financeira feita em renda fixa e seu aumento decorre do acréscimo do caixa decorrente das operações habituais da Companhia. A rubrica de despesa de Diferenças de câmbio (R\$ 114.495) deve-se a valorização do Real frente ao Dólar no ano de 2025. Enquanto a rubrica de receita de Diferenças de câmbio (R\$ 251.657) é resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar no ano de 2024.			
27. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO			
Risco da moeda: A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas operações negociadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional (USD). A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tal como a contratação de operações de hedge, devido a sua administração entender que esse risco não é significativo. A administração da Companhia adota o procedimento de avaliar periodicamente as flutuações nas taxas de câmbio, visando minimizar eventuais riscos. Com relação aos ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional (USD), a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Ativo circulante:			
Disponibilidades	968.648	4.095.971	
Contas a receber	934.707	437.502	
Tributos a recuperar	2.678	1.992	
Adiantamentos a fornecedores	91	1.281	
Vendas a faturar	917	739	
Outros créditos	1.663	369	
Ativo não circulante:			
Adiantamentos ao operador dos consórcios	-	2.671	
Passivo circulante:			
Fornecedores	274.372	197.061	
CPC 6 (R2)	530.224	561.597	
Obrigações trabalhistas	24.933	9.637	
Obrigações tributárias	163.992	-	
Provisões de serviços	1.478.972	717.872	
Juros a pagar	158.529	-	
Outros credores	301.237	-	
Passivo não circulante:			
Empréstimos e financiamentos	4.704.552	5.473.120	
CPC 6 (R2)	2.885.413	3.297.215	
Provisões de abandono	2.485.381	2.771.310	
As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
Taxas de câmbio - USD:			
Taxa Spot	5,50240	6,19230	
Taxa média	5,58550	5,39202	
Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: Uma desvalorização do Real, como indicado abaixo, contra USD em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, teria (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Administração da Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 2024, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo.			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
(557.800)	(424.364)		
Variação de 5% - Ganho (perda)			
Uma valorização do Real contra o USD, em 31 de dezembro, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. Houve uma valorização significativa do Real comparado ao Dólar entre os anos de 2025 (5.5024) e 2024 (6.1923). Caso não houvesse esta flutuação de câmbio, os ativos e passivos líquidos denominados em Reais seriam no montante de -R\$ 12.465.466 e não -R\$ 11.156.008. Risco de taxa de juro: A Companhia está sujeita igualmente ao risco de taxa de juro pela constituição de depósitos bancários e de empréstimos de partes relacionadas. A exposição da Companhia ao risco de taxa de juro foi a seguinte:			
Unid: milhares de R\$		Unid: milhares de R\$	
2025	2024	2025	2024
(3.201.624)	(101.904)		
Ativo circulante:			
Disponibilidades	90.704	3.787.188	
Aplicações financeiras	999.544	940.902	
Passivo não circulante:			
Empréstimos a pagar	(4.291.872)	(4.829.994)	
Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juro: Uma variação da taxa de juro, como indicado abaixo, em 31 de dezembro, teria (reduzido) o			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos administradores e acionistas da Petrogal Brasil S.A.			
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrogal Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 10 de março de 2026. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/O. Ricardo Gomes Leite - Accountant CRC RJ-107146/O.			

patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de juro a Administração da Companhia considerou ser possível ao final do período de relatório.

Unid: milhares de R\$	
2025	2024
(160.081)	(5.095)
Variação de 5% - Ganho (perda)	
Ativo circulante:	
Disponibilidades	4.535
Aplicações financeiras	49.977
Passivo não circulante:	
Empréstimos a pagar	(214.594)

28. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO VERSUS INDIRETO

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto para o exercício de 2025 e 2024 apresenta a seguinte composição:

Unid: milhares de R\$	
2025	2024

Fluxos das atividades operacionais

Lucro líquido do exercício 3.140.126 2.970.598

Ajustes para conciliar prejuízos operacionais com o caixa usado nas atividades operacionais:

Unid: milhares de R\$	
2025	2024
Redução da provisão para contingências	
Depreciação e amortização	2.071.936
Depreciação sob provisão para custos de abandono dos blocos	109.627
Baixas ou imparidades de ativos tangíveis	(1.866)
Equivalência patrimonial	(200.732)
Provisões para contingências	-
Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo	410.182
Outros fluxos de atividade diretos operacionais	1.109.772
Ajustamento conversão cambial	(98.777)

Variações do ativo e passivo circulante e não circulante:

Unid: milhares de R\$	
2025	2024
Clientes	(553.552)
Adiantamentos	979
Estoques	179.862
Despesas antecipadas	7.929
Outros créditos	(294.279)
Depósitos judiciais	(379.330)
Fornecedores	86.949

Contas a pagar a operador dos consórcios - blocos não operados (150.656) (25.772)

Contas a pagar a partes relacionadas (44.668) -

Tributos a recuperar (298.285) 173.539

Obrigações tributárias (946.638) (41.507)

Outras obrigações 225.169 (249.194)

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 4.373.748 8.030.576

A rubrica 'Outras obrigações' está relacionada com pagamento de impostos sobre produtos petrolíferos.

29. RESULTADO COM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O montante de R\$ 200.733 apresentado na rubrica de resultado com equivalência patrimonial refere-se ao resultado apurado, no exercício de 2025, por sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda decorrente de suas atividades de processamento e venda de derivados de gás e revenda de gás não processado.

30. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros em suas operações de exploração e produção de petróleo cru e gás, contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

31. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado relativos à ativos e passivos financeiros, conforme segue:

Unid: milhares de R\$		
Notas	2025	2024
Ativos financeiros ao valor justo	1.090.248	4.728.090
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.090.248
Passivos financeiros ao valor justo	4.863.081	5.473.119
Empréstimos de partes relacionadas	17,2	4.863.081

Tanto os ativos financeiros como os passivos financeiros mensurados ao valor justo estão de acordo com o Nível 2 da hierarquia do valor justo e não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de fevereiro de 2026, a Companhia e partes envolvidas na discussão sobre a unificação das jazidas dos campos de Tupi e Cernambi (nota 19), apresentaram um pedido conjunto de suspensão de arbitragem, por um prazo de 120 dias, com objetivo de buscar uma solução consensual. O evento mencionado acima não impacta as demonstrações financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2025. Não ocorreu nenhum outro evento subsequente após 31 de dezembro de 2025 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 10 de março de 2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

Diretoria

Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente
CPF: 065.615.657-03

Ding Yanxia - Diretor Financeiro
CPF: 062.081.237-04

Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações
CPF: 470.467.407-04

Marcelo Vinicius de Souza - Contador: - CRC/RJ 1RJ-094628/O-7
CPF: 011.891.847-88



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>